



# OH GLÓRIA REAGE A JORNAL OUVIDOR: “MEDÍOCRES” POR DEFENDER O POVO?

Vereador se irrita com publicação que criticou os parlamentares pela rejeição da taxa do lixo e questiona a postura do jornal; no plenário, sobra indignação, ironia e uma pergunta: a quem interessa essa cobrança? A sessão da Câmara Municipal de Santa Isabel, na terça-feira, 8 de setembro, terminou com a temperatura bem mais alta do que aquela registrada fora do plenário. **Pag 05**



## TAXA DO LIXO: PARA O CIDADÃO, A CONTA; PARA A ZONA RURAL, O ABANDONO

Estrada do Solazer exibe lixo acumulado e até cavalo morto; justo na sexta-feira, quando turistas começam a chegar para o fim de semana. **Pag 04**

## A FOLHA AVISOU. A PREFEITURA NÃO OUVIU. A CHUVA FEZ A DEMONSTRAÇÃO.

Agora até o presidente da Câmara entrou em campo e a Prefeitura terá de explicar o que pretende fazer. A Folha de Santa Isabel avisou na edição 336. **Pag 06**



### Médico Ginecologista

Dr. Vicente José Restanho  
Obstetra e Ginecologista

 **4656-7150**

Av. Guilherme Alfieri 96 - Centro- Santa Isabel



## QUANDO O FLUXO MUDA

Dr. Vicente Restanho

O sangramento uterino anormal é uma alteração bastante comum e pode acontecer quando a menstruação apresenta duração, intensidade ou frequência diferentes do habitual. Algumas mulheres percebem o problema quando passam a menstruar por muitos dias, apresentam fluxo muito intenso, sangramentos entre as menstruações ou episódios após a relação sexual. Embora algumas alterações possam estar relacionadas ao funcionamento normal do ciclo, sangramentos persistentes ou muito diferentes do padrão da mulher precisam ser investigados. Entre as possíveis causas estão alterações hormonais, miomas, pólipos, adenomiose, alterações na tireoide, problemas relacionados à coagulação e, em algumas situações, alterações no endométrio. Durante a adolescência e os primeiros anos após a primeira menstruação, ciclos irregulares podem ocorrer devido à maturação hormonal. Já no período próximo à menopausa, as oscilações hormonais também podem modificar o padrão menstrual. Em mulheres que podem estar grávidas, qualquer sangramento diferente deve ser avaliado, pois algumas complicações da gestação também podem provocar esse

sintoma. O diagnóstico depende da história da paciente, do exame ginecológico e, quando necessário, de exames como ultrassonografia e avaliação do endométrio. O tratamento varia de acordo com a causa, a idade, o desejo de engravidar e as características de cada mulher. Pode envolver medicamentos para controlar o sangramento, tratamentos hormonais ou procedimentos específicos quando existe alguma alteração estrutural. É importante não aceitar como normal um sangramento que causa fraqueza, cansaço ou interfere na rotina. Perdas de sangue intensas e prolongadas podem levar à anemia e comprometer a qualidade de vida. Sangramento após a menopausa também merece investigação, mesmo quando acontece apenas uma vez. Observar o próprio ciclo menstrual e perceber mudanças no padrão habitual ajuda a identificar quando é necessário procurar atendimento. O sangramento uterino anormal não significa necessariamente a presença de uma doença grave, mas descobrir sua causa é fundamental para escolher o tratamento adequado. O acompanhamento ginecológico permite investigar alterações precocemente, aliviar sintomas e preservar a saúde da mulher.



## EDITORIAL

Eduardo Denecken

Quando a toga entra em crise, quem julga a Justiça?

Há semanas em que o jornalista procura a notícia. E há semanas em que ela bate à porta da redação e pergunta: até onde chegamos? É essa a sensação diante dos acontecimentos que envolvem o Supremo Tribunal Federal. O Brasil assiste a inquéritos, decisões conflitantes, acusações, documentos públicos e uma disputa cada vez mais evidente dentro da própria Corte, que deveria representar uma referência de estabilidade jurídica. O problema não é investigar. Investigar é obrigação. Se existem suspeitas, que sejam apuradas. Se existem irregularidades, que sejam esclarecidas. Se não existem, que isso também fique demonstrado. O que preocupa é a sensação de que a própria Justiça passou a ocupar o banco dos questionados. Nos últimos dias, procedimentos relacionados ao caso Banco Master, documentos envolvendo Daniel Vorcaro e Alexandre de Moraes e questionamentos sobre contrato entre o banco e o escritório de advocacia de Viviane Barci de Moraes, esposa do ministro, passaram ao centro do debate. Alexandre de Moraes pediu ao presidente do STF, Edson Fachin, análise de supostas irregularidades na atuação de André Mendonça. Fachin determinou esclarecimentos de ministros, da PGR e da Polícia Federal. Depois vieram decisões conflitantes envolvendo o comando da PF. E quando 13 ex-ministros do próprio Supremo pedem apuração rigorosa e classificam o momento como a "mais aguda crise" da história da Corte, talvez seja hora de compreender a dimensão do problema. O brasileiro comum não quer saber qual ministro venceu a disputa interna. Quer saber: podemos confiar na Justiça? Ministro do Supremo deve

estar acima de qualquer suspeita ou, quando ela surgir, ser o primeiro interessado em esclarecê-la com transparência. No caso envolvendo Fábio Faria, mensagens obtidas pela PF apontaram que ele teria intermediado contatos entre Vorcaro e Moraes. Faria nega envolvimento com o escritório da esposa do ministro. Investigação não é condenação. Suspeita não é culpa. Denúncia não é sentença. A Folha de Santa Isabel não pretende transformar suspeitas em condenações. Quem condena é a Justiça, depois do devido processo legal. Mas jornalismo também não pode fingir que não está vendo. A Constituição de 1988 estabeleceu princípios fundamentais: independência dos Poderes, devido processo legal, contraditório, ampla defesa e imparcialidade. Quanto maior o poder, maior deve ser a responsabilidade. Quanto maior a autoridade, maior deve ser a transparência. Não basta dizer que está tudo dentro da lei. É preciso que a sociedade consiga compreender, acompanhar e confiar. Porque Justiça que perde credibilidade coloca em risco a confiança da população nas instituições. Talvez esta seja a hora de perguntar: quem fiscaliza quem fiscaliza? Não se trata de atacar o Supremo. Trata-se justamente de defendê-lo. O STF é importante demais para permanecer mergulhado em suspeitas, disputas internas e crises de credibilidade. Se há culpados, que sejam responsabilizados. Se há inocentes, que sejam absolvidos. Se houve erros, que sejam reconhecidos. E, se tudo estiver correto, que a transparência seja suficiente para convencer até aqueles que hoje desconfiam. Porque, no final das contas, existe uma autoridade que nenhum ministro, político, empresário ou jornalista consegue ignorar: a opinião de um povo que ainda espera acreditar na Justiça.

POLÍTICA

# FACHIN TIRA INQUÉRITO SOBRE EDUARDO BOLSONARO DAS MÃOS DE MORAES

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, ampliou sua atuação direta na condução de investigações da Corte em meio à crise interna envolvendo os ministros Alexandre de Moraes, André Mendonça e Flávio Dino. Na quarta-feira (9), Fachin determinou a retirada de Alexandre de Moraes da relatoria do inquérito das fake news e assumiu pessoalmente a condução do procedimento, preservando os atos praticados por Moraes até a data da transferência. A mudança ocorreu depois que o inquérito passou a ser utilizado por Moraes para incluir acusações contra André Mendonça, em meio ao confronto entre os dois ministros provocado pelas investigações relacionadas ao Banco Master e pela divulgação de documentos da Polícia Federal. Além de assumir o inquérito das fake news, Fachin determinou que procedimentos envolvendo ministros do

Supremo passem por sua supervisão. Também suspendeu decisões conflitantes de Mendonça e Dino sobre o comando da Polícia Federal e manteve Andrei Rodrigues no cargo de diretor-geral da corporação. A decisão faz parte de uma tentativa do presidente do STF de conter a escalada de conflitos entre integrantes da Corte. Fachin também convocou uma sessão plenária extraordinária para discutir os desdobramentos da crise e os procedimentos relacionados às investigações envolvendo ministros. No caso específico de Eduardo Bolsonaro, porém, a transferência de relatoria para Fachin não deve ser tratada como fato sem confirmação em documentação oficial ou fonte adicional. A transferência do inquérito das fake news para a Presidência do STF, por si só, não significa que processos ou ações penais já instauradas contra outros investigados tenham mudado

de relator. Por isso, a informação sobre uma eventual mudança no caso de Eduardo Bolsonaro deve ser confirmada antes de ser incorporada à notícia. A medida ocorre em um momento de tensão no Supremo, com decisões e inves-

tigações envolvendo integrantes da Corte. A atuação de Fachin visa centralizar a supervisão dos procedimentos e reduzir os conflitos entre os ministros, mas a situação de cada investigação depende de decisão sobre a relatoria.



**POKER**  
PNEUS E RODAS

Mudamos para  
melhor atendê-lo

- ✓ Local amplo, acesso fácil
- ✓ Mecânica
- ✓ Funilaria e pintura
- ✓ Borracharia e reformas de rodas
- ✓ Pneus, rodas e acessórios
- ✓ Solda alumínio
- ✓ Borracharia carro e moto

**Rua José Bueno N°44**  
Bairro Cruzeiro - Santa Isabel/SP

**Contato**  
**(12) 9 8176-8881**

**PRECISA-SE DE:**

- Vendedor- atendente: (Materiais de construção c/ experiência no ramo)
- Aux. Caixa (c/ experiência e compromisso)

Enviar currículo para:  
 (11) 91928-4803

Est. Monte Negro  
Km 10,5 - bairro Monte Negro

## NOTÍCIA DE SANTA ISABEL

# TAXA DO LIXO: PARA O CIDADÃO, A CONTA; PARA A ZONA RURAL, O ABANDONO

Estrada do Solazer exibe lixo acumulado e até cavalo morto; justo na sexta-feira, quando turistas começam a chegar para o fim de semana. Se Santa Isabel é mesmo o “Paraíso do Grande São Paulo”, alguém precisa avisar a zona rural. Na manhã desta sexta-feira, uma moradora encaminhou à Folha uma fotografia e um vídeo denunciando uma situação nada paradisíaca na estrada de acesso ao Solazer: uma lixeira tomada pelo lixo e, ao lado, um cavalo morto, de pelagem marrom/caramelo, aparentemente com uma corda no pescoço. A moradora pediu ajuda à Prefeitura para que o animal seja retirado com urgência. Não se sabe o que provocou a morte, mas o cenário já é suficiente para provocar preocupação com mau cheiro, urubus, roedores e riscos ambientais e sanitários. E o detalhe não poderia ser mais oportuno: é sexta-feira. Enquanto os turistas se preparam para chegar à Estância Solazer e aproveitar o fim de semana, a recepção pode ser uma lixeira transbordando e um animal morto à margem da estrada. Turismo de aventura? Talvez. Só faltou

avisar que o passeio começaria pelo “safari do abandono”. E a taxa do lixo? A situação também levanta uma pergunta inevitável diante da recente discussão sobre a taxa do lixo no município. Se existe a intenção de cobrar uma nova taxa do cidadão para melhorar a gestão dos resíduos, não seria razoável primeiro garantir que o serviço básico de coleta e zeladoria esteja funcionando adequadamente também na zona rural? A pergunta não é contra a cobrança por si só. É contra a lógica de cobrar primeiro e explicar depois. Moradores da zona rural reclamam há tempos de abandono, estradas precárias e falta de manutenção. Agora, aparece lixo acumulado e, no meio dele, um cavalo morto. É difícil explicar ao contribuinte que ele precisa pagar mais para ter um serviço que, em determinados pontos, aparentemente já não está sendo executado como deveria. O cavalo não entende de expediente. O caso precisa de providência imediata. Animal morto não espera segunda-feira. O mau cheiro não bate cartão. Urubu não protocola requerimento. E o rato cer-

tamente não vai perguntar se o setor responsável está em horário de expediente. A Prefeitura precisa acionar o setor competente, providenciar a remoção do animal e realizar a limpeza do local. Porque cobrar eficiência do cidadão é fácil. Difícil é entregar eficiência para quem já paga. A Folha registra a denúncia e espera que a resposta venha na forma mais simples possí-

vel: serviço feito, lixo retirado, animal removido e estrada novamente apresentável. Afinal, se Santa Isabel quer continuar vendendo a imagem de “Paraíso do Grande São Paulo”, talvez seja bom começar cuidando daquilo que o visitante vê antes mesmo de chegar ao destino. Porque, por enquanto, na Estrada do Solazer, o paraíso parece ter ficado pelo caminho.



Folha de  
**Santa Isabel**

E. R. Denecken - ME - CNPJ 23.120.056/0001-85  
Rua Monteiro Lobato, 154 - PQ. S BENEDITO - SANTA ISABEL - SP  
Telefone: (11) 92640-4037 E-mail: [jornalfolhadesantaisabel@gmail.com](mailto:jornalfolhadesantaisabel@gmail.com)  
Tiragem: 10.000 Exemplares

Diretor e Editor responsável: Eduardo R Denecken Saavedra  
Colaboradores: Dr. Vicente Restanho  
Fotografia: Yasmin Massena  
Diretor comercial: Flávio Volverine  
Diagramação e Arte: Stefany Denecken  
Comunicação: Mateus Simas

## NOTÍCIA DE SANTA ISABEL

# OH GLÓRIA REAGE A JORNAL OUVIDOR: “MEDÍOCRES” POR DEFENDER O POVO?

Vereador se irrita com publicação que criticou os parlamentares pela rejeição da taxa do lixo e questiona a postura do jornal; no plenário, sobra indignação, ironia e uma pergunta: a quem interessa essa cobrança? A sessão da Câmara Municipal de Santa Isabel, na terça-feira, 8 de setembro, terminou com a temperatura bem mais alta do que aquela registrada fora do plenário. Perto do encerramento dos trabalhos, o vereador Edson Oh glória pediu a palavra para manifestar publicamente sua irritação e seu repúdio à postura do Jornal Ouvidor após a votação da chamada taxa do lixo. O motivo? Uma publicação do jornal que, segundo Oglória, classificou como “mediócre” os vereadores que votaram contra a cobrança, justamente por terem rejeitado a criação de uma nova despesa para o cidadão. E aqui começa a parte curiosa. No dia 1 de setembro, 14 vereadores presentes votaram contra a taxa do lixo. Ou seja: 14 a zero. Não houve meio-termo, empate ou votação apertada. A proposta foi rejeitada por unanimidade. Para Oh glória, portanto, fica uma pergunta bastante incômoda: se votar contra uma cobrança que pesa no bolso do cidadão é ser “mediocre”, então defender o contribuinte virou defeito? O vereador deixou claro que não aceita esse tipo de interpretação. Disse que foi eleito para representar a população e que não pretende votar favoravelmente a uma cobrança que, em sua avaliação, prejudique os moradores de Santa Isabel. “Jornalequinho” Na sequência, Oh glória elevou o tom e classificou o veículo, em sua fala, como “jornalequinho”, deixando evidente o grau de irritação com a publicação. Mas a discussão foi além da troca de adjetivos. O vereador questionou a razão de um jornal, com longa presença na cidade, adotar uma postura tão favorável à criação de uma nova receita para os cofres municipais. E levantou, inclusive, uma pergunta

sobre eventual relação entre veículos de comunicação e recursos provenientes do Poder Executivo. É importante deixar claro: trata-se de um questionamento feito pelo vereador, e não de uma afirmação de que o jornal receba recursos públicos por defender determinada posição. Se existe publicidade oficial, contratos ou qualquer outro vínculo financeiro, cabe transparência: quanto, por quê, mediante qual contrato e dentro de quais critérios? Afinal, jornalismo independente não deveria depender da conveniência de quem está no poder. R\$ 5,5 milhões: dinheiro perdido ou dinheiro que não entrou? Outro ponto que merece atenção é a informação divulgada sobre os aproximadamente R\$ 5,5 milhões que seriam arrecadados com a taxa. O valor não era dinheiro que já estivesse nos cofres públicos e que teria sido “retirado” pela Câmara. Tratava-se de uma receita que poderia ser criada caso a cobrança fosse aprovada. A diferença parece pequena apenas para quem não paga imposto. Para o contribuinte, é enorme. E justamente por isso a pergunta permanece: um veículo de comunicação deve pressionar pela criação de uma nova cobrança

ou fiscalizar, explicar e permitir que o cidadão forme sua própria opinião? E o contribuinte, fica onde? O discurso de que a Prefeitura precisa aumentar a arrecadação porque faltam recursos para obras, saúde, educação e infraestrutura pode até justificar uma discussão sobre as contas municipais. Mas existe uma outra pergunta, talvez ainda mais importante: antes de colocar a mão no bolso do cidadão, não seria necessário explicar para onde está indo o dinheiro que já entra? Enquanto moradores reclamam de problemas em ruas, saúde, manutenção urbana e outros serviços públicos, a criação de mais uma cobrança naturalmente provoca resistência. E quando um jornal critica justamente aqueles que votaram contra essa cobrança, a sociedade tem todo o direito de perguntar: qual é a posição editorial? Defender o cidadão não significa ser contra a Prefeitura. Fiscalizar o Executivo não significa fazer oposição. E cobrar transparência não é atacar ninguém. É jornalismo. A pergunta fica no ar No final da sessão, o presidente da Câmara, Anderson Rabelo, também fez referência ao episódio e, segundo o que foi dito no plenário, afirmou: “Vamos mudar

esse jornal, vamos mudar para jornal de outros municípios, de Santa Isabel.com.br.” Ironias à parte, talvez seja justamente esse o ponto. Santa Isabel não precisa de jornais que sejam “amigos” ou “inimigos” de governo, vereadores ou empresários. Precisa de imprensa que pergunte. Que investigue. Que cobre. Que publique quando estiver errado seja quem for o errado. Porque, quando a conta chega ao bolso do cidadão, ele não quer saber qual jornal gosta ou não gosta do prefeito. Quer saber quem está falando a verdade. E se votar contra uma taxa que atingiria milhares de famílias transformou 14 vereadores em “mediócre”, como afirmou Oh glória sobre a publicação do O Ouvidor, talvez esteja na hora de inverter a pergunta: medíocre é quem vota contra o povo ou quem esquece que jornalismo existe justamente para fiscalizar quem manda e defender o direito de quem paga a conta? A Folha de Santa Isabel não tem procuração para responder pelo jornal Ouvidor. Mas tem compromisso com seus leitores. E continuará fazendo aquilo que considera sua obrigação: perguntar, fiscalizar e dar voz ao cidadão. Porque este é e continuará sendo o jornal que faz a diferença.



## NOTÍCIA DE SANTA ISABEL

# A FOLHA AVISOU. A PREFEITURA NÃO OUVIU. A CHUVA FEZ A DEMONSTRAÇÃO.

Agora até o presidente da Câmara entrou em campo e a Prefeitura terá de explicar o que pretende fazer. A Folha de Santa Isabel avisou na edição 336. Moradores procuraram a redação, relataram o abandono e os transtornos provocados pelas obras de canalização na Rua Maria Isabel e nós fizemos aquilo que um jornal deve fazer: ouvimos, verificamos e alertamos. Mas parece que o alerta não foi suficiente. A poeira virou lama. A lama virou alagamento. E a chuva desta semana resolveu fazer uma espécie de “vistoria técnica” gratuita na obra. Na Rua Aristides Lopes, moradores relatam que duas bocas de lobo não teriam sido interligadas ao córrego. Com as fortes chuvas entre terça e quarta-feira, a água tomou conta e, segundo os relatos recebidos, chegou a invadir imóveis. Eis que, nesta quinta-feira, dia 10, surgiu mais um personagem nessa história: o presidente da Câmara Municipal, Anderson Rabelo, o Anderson Cueca, também recebeu a denúncia, foi ao local

e registrou a situação em vídeo. Pronto. Agora a Prefeitura não precisa mais responder somente aos moradores e à Folha. A Câmara também está olhando. E aqui começa a parte interessante. A Folha foi a primeira a alertar. A chuva confirmou o alerta. Agora o presidente do Legislativo foi conferir pessoalmente. Então perguntamos: quem vai agir? À Prefeitura cabe executar, corrigir e solucionar. Ao Legislativo cabe fiscalizar, cobrar informações e utilizar os instrumentos institucionais disponíveis para pressionar

por respostas. Porque obra pública não pode funcionar no sistema “deixa assim que depois a gente vê”. E muito menos depender da meteorologia para revelar seus problemas. Há ainda outro detalhe: não é a primeira vez que obras de canalização e ampliação de córregos na cidade acabam cercadas de reclamações, transtornos e demora. Em outro ponto do município, situação semelhante também já foi alvo de questionamentos. Será que a explicação agora será a chuva? Se for, temos uma

sugestão: avisem São Pedro para suspender o expediente até a Prefeitura terminar as obras. Brincadeiras à parte, a situação é séria. A previsão de mais chuvas exige providências, não desculpas. A Folha continuará fazendo sua parte: ouvindo o morador, dando voz ao leitor e mostrando aquilo que precisa ser mostrado. Agora queremos ver a parte da Prefeitura e também a atuação da Câmara. A Folha já avisou. A chuva já mostrou. O presidente da Câmara já viu. Falta saber quando a solução vai aparecer.



De olho  
Em Santa Isabel

Podcast semanal que teremos como assunto  
os acontecimentos de nossa cidade



/deolhoemsantaisabel



/deolhoemsantaisabel



POLÍTICA

# LULA DECIDE “SOLTAR A MÃO” DE MORAES EM ENTREVISTA E DISPARA: “SE ELE FOR CULPADO, TEM QUE PAGAR”

O presidente Lula (PT) defendeu, nesta quinta-feira (10), as decisões do presidente do STF, ministro Edson Fachin, que reverteu despachos de André Mendonça e Flávio Dino envolvendo a cúpula da Polícia Federal, assumiu o inquérito das fake news e marcou o julgamento do pedido de investigação contra Alexandre de Moraes. Em entrevista ao SBT, Lula afirmou que Fachin agiu corretamente ao “colocar ordem na casa” e criticou os embates públicos entre ministros. “Não é possível, não é aceitável que, diante da sociedade, fiquem os ministros da Suprema Corte

brigando um com outro”, declarou. Lula também defendeu o fim do sigilo das ações envolvendo o Banco Master e o INSS para evitar “vazamentos seletivos” e recuperar a credibilidade da Corte. O presidente ainda cobrou uma discussão sobre mandatos para os ministros e criticou vínculos com escritórios que atuam no tribunal. “Ninguém pode ficar 40 anos no mesmo cargo. Ninguém pode ter escritório trabalhando na Suprema Corte”, afirmou. “Se quiser ser rico, vai trabalhar no seu escritório. Se quiser ser juiz, com método e respeito, vai para a Suprema Corte.”



# DJ Erasmo

(11) 97213-9474

Som, Iluminação, telões e montagens decorativas

## FALANDO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Eduardo Denecken  
Ex Pres. do Conseg  
Santa Isabel - SP



### QUANDO A HIERARQUIA VIRA CABO DE GUERRA

Existe uma palavra que deveria ser sagrada dentro de qualquer instituição de segurança pública: hierarquia. Outra, não menos importante: disciplina. Sem elas, não existe comando, confiança, autoridade e respeito. É por isso que o que está acontecendo na cúpula da Polícia Federal e do Supremo Tribunal Federal não pode ser tratado apenas como uma disputa jurídica entre ministros. No dia 8 de setembro, o ministro André Mendonça determinou o afastamento do diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues, e do diretor de Inteligência, Leandro Almeida. No dia seguinte, o ministro Flávio Dino determinou a reintegração dos dois. Horas depois, o presidente do STF, Edson Fachin, suspendeu as duas decisões, numa tentativa de interromper o choque dentro da própria Corte. E aqui começa a pergunta: que mensagem isso transmite para o policial que está na rua? O agente que recebe uma ordem de seu superior cumpre a determinação porque acredita na cadeia de comando. Agora imagine esse mesmo profissional observando a mais alta estrutura da Justiça brasileira afastar um dirigente da Polícia Federal num dia, recolocá-lo no seguinte e, poucas horas depois, suspender as decisões. Convenhamos: não é exatamente uma aula de disciplina institucional. Estamos falando da Polícia Federal, uma das principais instituições de investigação e segurança do país, e do Supremo Tribunal Federal, a mais alta Corte do Judiciário. Quando a confusão chega ao topo, produz reflexos na base. O policial que enfrenta o crime, o delegado que conduz uma

investigação e o agente que cumpre uma ordem judicial precisam acreditar que existe uma estrutura sólida acima deles. Precisam saber quem manda, quem decide e quem responde pela decisão. A discussão também interessa às polícias estaduais, guardas municipais e demais órgãos responsáveis pela proteção da população. Autoridade não se sustenta apenas pelo uniforme, mas por respeito, disciplina, hierarquia, responsabilidade e exemplo. Como cobrar disciplina de quem está na ponta se, no topo, as próprias instituições dão ao cidadão a impressão de que decisões podem ser tomadas, desfeitas e modificadas em questão de horas? Questionar não é desrespeitar a Justiça. Cobrar transparência, coerência e responsabilidade das autoridades é também defender as instituições. Se existem irregularidades, que sejam investigadas. Se existem abusos, que sejam responsabilizados. Se houve erro, que seja corrigido. Mas tudo precisa acontecer dentro das regras, com competência definida e respeito à hierarquia institucional. Quando as instituições transmitem insegurança, a conta chega à ponta: ao policial que precisa decidir em segundos, ao cidadão que espera uma resposta e à vítima que precisa confiar no Estado. E chega, principalmente, à credibilidade da segurança pública. Segurança pública não pode ser cabo de guerra, depender de quem conseguiu dar a última ordem ou viver de decisões contraditórias. No fim, a pergunta é simples: se a disciplina começa no topo, que exemplo estamos dando para quem está na base? A população merece instituições que não apenas tenham poder para mandar, mas também tenham credibilidade para serem obedecidas.

# Fatos & Fotos



Querido Andrés, feliz cumpleaños, mi gran amigo de Chile. Que Dios te bendiga siempre, con mucha salud, alegría y felicidad. La distancia nunca cambia el cariño y la amistad. ¡Un gran abrazo, querido amigo!



Rubens parabéns por mais um ano de vida! que não falem saúde, paz e realizações. JFSI.



Cleinha que este dia seja repleto de alegria, bons momentos e muitas razões para sorrir. Parabéns! JFSI.



Enedy parabéns pelo seu dia! que cada novo amanhecer traga oportunidades e felicidade. JFSI.



Marcos parabéns! que este novo ciclo seja cheio de esperança, prosperidade e realizações. JFSI.



Estela que este aniversário seja celebrado com carinho e cercado de boas energias. Parabéns! JFSI.

## POLÍTICA

### MINISTRO FUX DÁ 15 DIAS PARA GOVERNO LULA EXPLICAR SOCORRO AO BRB

O ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), deu prazo de 15 dias ao governo Luiz Inácio Lula da Silva, ao Banco Central (BC) e ao Fundo Garantidor de Créditos (FGC) para se manifestarem sobre a tentativa do governo do Distrito Federal (GDF) de viabilizar um empréstimo de até R\$ 6,6 bilhões para socorrer o Banco de Brasília (BRB). O despacho foi publicado nesta quarta-feira, 9, no processo em que o GDF busca obter da União uma garantia para a operação com o FGC. Os recursos são considerados necessários para reforçar o capital do banco após perdas decorrentes de negócios com o Banco Master, de Daniel Vorcaro. Fux citou a "complexidade e as peculiaridades" da questão. Depois das manifestações, a Procuradoria-Geral da República (PGR) também deverá se pronunciar. A ação é mais uma tentativa do GDF de destravar a capitalização do BRB, que enfrenta resistência do Ministério da Fazenda em conceder uma garantia soberana da União. Uma primeira solução foi discutida no STF em maio. O plano previa garantias de grandes instituições financeiras e contragarantias com recursos dos Fundos de Participação dos Estados (FPE) e dos

Municípios (FPM). O acordo, porém, não avançou. Outro obstáculo é a situação fiscal do Distrito Federal. O DF tem nota C na Capacidade de Pagamento (Capag), classificação usada pelo Tesouro Nacional para avaliar a saúde financeira de Estados e municípios. A nota impede, pelas regras regulares, o acesso à garantia da União. No acordo preliminar discutido no STF, o governo federal aceitou ampliar o limite de crédito do DF, até então limitado a aproximadamente R\$ 900 milhões pelo Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal (PAF). O FGC também apontou a falta de informações atualizadas sobre a situação financeira do BRB. Segundo o fundo, faltam documentos importantes, incluindo as demonstrações de resultados de 2025 e do primeiro semestre de 2026. A ausência dos balanços ganhou peso diante da crise após a revelação das operações com o Master. Enquanto a solução não avança, decisões judiciais também afetam o caixa do banco. No fim de agosto, Fux prorrogou por 90 dias um contrato do BRB com o Tribunal de Justiça da Bahia (TJ-BA), responsável por aproximadamente R\$ 394 milhões mensais em recursos administrados pela instituição.





# Quando seu cliente procura sua empresa na internet, o que **ELE** encontra?

A Forma Branding cria seu site institucional completo, responsivo e de alta performance, pensado para apresentar melhor sua empresa e transformar visitas em novas oportunidades de negócio.

**Fale agora com a Forma Branding.**

**PRONTO EM ATÉ 4 DIAS ÚTEIS.**



- Design profissional
- Experiência otimizada para celular
- Alta performance
- Estrutura completa para sua empresa
- Desenvolvido para aumentar sua presença digital e ajudar você a vender mais

 **(11) 91933-1880**



# ESTAMPAS

## menale



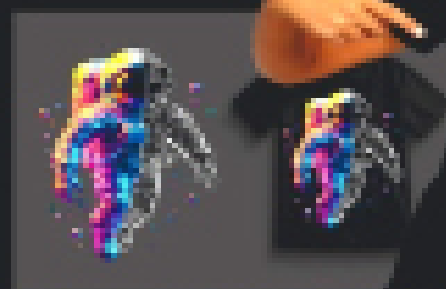
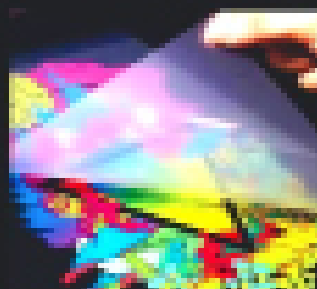
### DTF TÊXTIL

transforme suas ideias em realidade com cores vibrantes, alta duração e qualidade



## O que é DTF ?

a impressão por DTF (Direct to Film) é um método de impressão digital usado principalmente na indústria têxtil para produzir estampas em tecidos. É uma técnica semelhante à impressão por sublimação, mas em vez de usar tinta líquida, utiliza-se uma película de tinta sólida.



## 11 9.4011-8018

## DE OLHO EM SANTA ISABEL

# ROBERTO DE LUCENA: UMA CONVERSA COM QUEM CONHECE A NOSSA REGIÃO

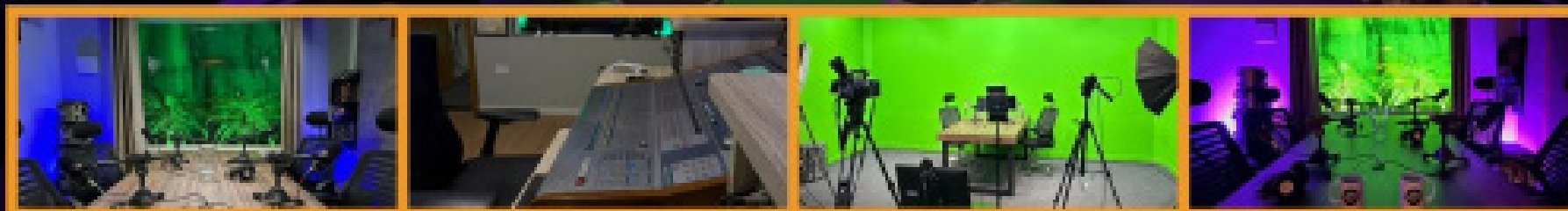
Mais uma vez, o podcast De Olho em Santa Isabel, conduzido brilhantemente pelo jornalista Leandro Silva, proporcionou ao público uma entrevista de qualidade, informação e esclarecimento. Na quarta-feira, dia 9, nos Estúdios Takarella, o convidado foi especial não apenas por sua trajetória política, mas principalmente por sua ligação com a nossa cidade: Roberto de Lucena, cidadão nascido em Santa Isabel, ex-deputado federal por três mandatos e ex-secretário de Turismo do Estado de São Paulo. A entrevista foi extremamente proveitosa. As perguntas feitas por Leandro Silva foram pertinentes, diretas e permitiram que Lucena esclarecesse dúvidas, explicasse sua atuação na Câmara Federal e apresentasse detalhes de seu trabalho à frente da Secretaria de Turismo, especialmente em relação ao desenvolvimento turístico do Alto Tietê, com atenção para cidades como Arujá e Santa Isabel. Foi uma conversa que permitiu ao público conhecer um pouco mais do homem por trás do político, sua trajetória, suas convicções e a maneira como enxerga o futuro da região. Para nós, da Folha, existe um detalhe que não pode passar despercebido: ouvir alguém que conhece Santa Isabel não apenas por discursos ou números, mas por sua própria história de vida. Roberto de Lucena nasceu aqui e levou o nome da cidade para além de seus limites, ocupando espaços importantes na política nacional e também na administração pública paulista. Pastor evangélico, homem de fé e com uma longa trajetória na vida pública, Lucena demonstrou durante a entrevista conhecimento, experiência e segurança ao falar de sua caminhada política e administrativa. E experiência, convenhamos, é algo que o eleitor deveria observar com atenção. Em tempos de enorme desconfiança em relação à política brasileira, conhecer a trajetória daqueles que pretendem

novamente ocupar cargos públicos é fundamental. O eleitor precisa saber quem são, o que fizeram, o que realizaram e, principalmente, o que pretendem fazer. A política não pode viver apenas de discursos bonitos durante o período eleitoral. O cidadão precisa comparar trajetórias, avaliar resultados e cobrar daqueles que receberam seu voto. Nesse sentido, a entrevista serviu também como uma oportunidade para que Roberto de Lucena apresentasse ao público sua visão sobre o trabalho desenvolvido ao longo de seus mandatos como deputado federal e posteriormente como secretário de Turismo. E quando o assunto é Santa Isabel e o Alto Tietê, a discussão ganha ainda mais importância. Nossa região possui potencial turístico, ambiental e cultural que ainda pode ser muito melhor explorado, gerando empregos, movimentando o comércio e fortalecendo a economia dos municípios. Lucena agora retorna à disputa eleitoral como candidato a deputado federal por São Paulo. Caso seja escolhido novamente pelos eleitores no próximo dia 4 de outubro, terá a oportunidade de voltar à Câmara Federal para mais quatro anos de manda-

to. E Santa Isabel precisa, sim, de representantes que olhem para a cidade. Deputados federais e estaduais que consigam trazer recursos, investimentos e projetos para melhorar a vida da população serão sempre bem-vindos, independentemente de partido ou ideologia. Afinal, quando o recurso chega e beneficia efetivamente a população, quem ganha é a cidade. Não se trata apenas de ter um deputado no Congresso ou na Assembleia. Trata-se de ter alguém que conheça a realidade local, saiba onde buscar recursos e tenha disposição para defender os interesses da região. A Folha de Santa Isabel deseja sucesso a Roberto de Lucena nessa nova empreitada e espera que, caso retorne à Câmara Federal, possa continuar honrando a confiança dos eleitores e trabalhando também por Santa Isabel e pelas demais cidades do Alto Tietê. Fica também o nosso reconhecimento ao De Olho em Santa Isabel, aos Estúdios Takarella e a toda a equipe responsável por mais um programa de qualidade. Parabéns ao produtor e diretor Carlinhos Takarella, pela iniciativa e pelo trabalho realizado para manter esse espaço de informação e diálogo com a

população. E um reconhecimento especial a Leandro Silva, pela condução da entrevista. As perguntas demonstraram preocupação em esclarecer os assuntos apresentados pelo convidado, permitindo que o público tivesse acesso a informações importantes sobre sua trajetória e suas propostas. Mais uma vez, o programa mostrou que uma boa entrevista não precisa de roteiro engessado. Precisa de informação, perguntas pertinentes e, principalmente, disposição para colocar o entrevistado diante do público. É justamente esse tipo de espaço que fortalece o jornalismo local e permite que o cidadão conheça melhor aqueles que ocupam ou pretendem ocupar cargos públicos. Aos que acompanharam o programa, nosso agradecimento. Ao amigo e cidadão isabelense Roberto de Lucena, ficam as saudações cordiais da Folha de Santa Isabel e os votos de sucesso nessa nova caminhada. Agora, como sempre, a palavra final pertence ao eleitor. Porque o voto transforma trajetória em mandato e mandato transforma promessa em responsabilidade. Folha de Santa Isabel — o jornal que faz a diferença e tem compromisso com o leitor.





# Gravações Áudio e Vídeo

Podcast  
Streaming  
Gravação Vídeo Aulas  
Chroma Key

Vídeo Institucional  
Pro Tools  
Vmix

@estudio\_takarella

(11) 94299-4495

Estúdio Takarella